

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) ALEXANDRO DE ARAUJO BAPTISTA

A IDEOLOGIA A SERVIÇO DO CRIME:

O Primeiro Comando da Capital segundo a teoria de insurgência

Rio de Janeiro

2019

CC (FN) ALEXANDRO DE ARAUJO BAPTISTA

A IDEOLOGIA A SERVIÇO DO CRIME:

O Primeiro Comando da Capital segundo a teoria de insurgência

Trabalho apresentado à Escola de Guerra Naval,  
como requisito parcial para a conclusão do Curso  
de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2019

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me proporcionado todas as condições necessárias para me dedicar a este projeto.

À minha companheira Agatha e filha Camila agradeço pela compreensão durante minha ausência durante os longos períodos de pesquisa e pelo incondicional apoio que me permitiu ter tranquilidade para execução desta obra.

Aos meus pais Jeronimo e Vanderli, pelo amor, educação e valores transmitidos que me permitiram alcançar meus sonhos.

Ao meu orientador, Capitão de Fragata (RM1) Nagashima, pela disponibilidade, dedicação, exemplo e ensinamentos que foram fundamentais na condução deste estudo.

Aos meus amigos do CEMOS 2019, pelo espírito de camaradagem em todos os momentos durante o curso.

## RESUMO

Os índices de segurança pública no Brasil estão, a cada ano, mostrando que o Estado brasileiro tem apresentado dificuldades em lidar com este tema, apesar dos investimentos neste setor. Dentro desse contexto, destaca-se o surgimento e a expansão de uma poderosa facção criminosa intitulada Primeiro Comando da Capital que está presente em todas as unidades da federação e no exterior. O propósito deste trabalho é verificar se a facção Primeiro Comando da Capital tem aderência ao modelo teórico de insurgência proposto por David Galula. O desenho de pesquisa escolhido foi a comparação da teoria com a realidade. A pesquisa se inicia apresentando os principais pontos da teoria de insurgência elaborado pelo coronel David Galula no tocante a identificação, classificação e requisitos de um movimento insurgente. Em seguida, o trabalho apresenta o resultado da pesquisa sobre o objeto de estudo definido que é a facção criminosa mencionada, abordando seu surgimento, expansão, ideologia, lideranças, área de atuação, fonte de recursos, recrutamento e principais ações. Por fim, é realizada a comparação do modelo teórico com a realidade apresentada e conclui-se que o Primeiro Comando da Capital não possui o propósito de assumir o governo do Estado brasileiro e por isso não pode ser considerado um movimento insurgente de acordo com o modelo teórico usado na pesquisa. Apesar desse fato, também conclui-se que a facção criminosa citada possui a maioria características de um movimento insurgente e que pode ser considerada uma ameaça ao Estado brasileiro em função de sua dinâmica e de, até mesmo, poder alterar sua causa, algo previsto no modelo teórico. Conclui-se, também, que a organização criminosa desenvolveu uma ideologia que servisse ao interesse do crime. Dentro do apresentado, o trabalho propõe eixos de pesquisas posteriores como, por exemplo, se os métodos de contrainsurgência propostos por Galula seriam eficazes no combate a facção e se há, em outros países, casos de facções criminosas que assumiram o poder governamental do Estado. Por fim, apresenta sugestões de aplicações do estudo à Marinha do Brasil no tocante ao adestramento, a proteção do pessoal quanto ao risco de recrutamento e a atenção nas áreas de jurisdição sob sua responsabilidade e atuação da facção.

**Palavras-chave:** Brasil. Primeiro Comando da Capital. Insurgência. Ideologia. Contrainsurgência. David Galula. Teoria.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Quadro 1 - Resumo de aspectos do PCC que aderem ao modelo teórico de insurgência.....	43
Figura 1 - Suposto organograma do PCC.....	55
Figura 2 - Presença do PCC nos estados.....	56

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 MODELO TEÓRICO CRIADO POR DAVID GALULA.....</b>	<b>9</b>
2.1 Quem foi David Galula.....	9
2.2 Os conceitos de guerra revolucionária.....	10
2.3 Requisitos da insurgência bem sucedida.....	12
2.4 Padrões estratégicos de insurgência.....	15
<b>3 O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL.....</b>	<b>17</b>
3.1 Surgimento.....	17
3.2 O estatuto.....	19
3.3 Lideranças.....	21
3.4 Fontes de recursos.....	26
3.5 Áreas de atuação.....	28
3.6 Recrutamento.....	29
3.7 Algumas ações relevantes.....	30
<b>4 COMPARAÇÃO COM O MODELO TEÓRICO.....</b>	<b>34</b>
4.1 A presença de uma causa.....	34
4.2 Fraqueza do contrainsurgente.....	35
4.3 Condicionantes geográficas.....	37
4.4 Apoio externo.....	41
4.5 Padrão estratégico adotado pelo PCC.....	41
4.6 O propósito do PCC.....	42
4.7 Quadro resumo de aspectos do PCC que aderem ao modelo teórico de insurgência.....	42
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>44</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO A – ESTATUTO DO PCC.....</b>	<b>51</b>
<b>ANEXO B – SUPOSTO ORGANOGRAMA DO PCC.....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXO C - PRESENÇA DO PCC NOS ESTADOS.....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A problemática da segurança pública tem causado diversos prejuízos a sociedade brasileira. A sensação de segurança, que é um fator subjetivo, tem sido cada vez mais afetado nesta pauta. O Estado brasileiro criou o Ministério da Segurança Pública em 2018, na tentativa de combater a onda frequente de crimes e violência que tem enfrentado. Dentro das medidas emergenciais para se contrapor a essa problemática, o governo brasileiro tem feito uso de suas forças armadas como último bastião para restabelecer o monopólio do uso da força.

Apesar dos crescentes investimentos em segurança pública e em programas sociais, os níveis de violência nacionais subiram nas últimas décadas. Dentro desse contexto, observamos o surgimento e evolução de uma facção criminosa peculiar, diferente de todas as outras que atuam no território nacional, o Primeiro Comando da Capital.

Dentro desta perspectiva, nosso trabalho tem o propósito de analisar a facção que se autodenomina Primeiro Comando da Capital, desde sua criação até os dias atuais, para responder a seguinte pergunta: o Primeiro Comando da Capital pode ser considerado um movimento insurgente de acordo com modelo elaborado por David Galula?

Para responder a pergunta, nossa pesquisa será apresentada em cinco capítulos. Após a introdução, descreveremos os principais conceitos de guerra revolucionária elaborados por David Galula. Focaremos na modalidade definida por ele como insurgência, analisaremos os requisitos que ele considerou serem necessários para uma insurgência obter sucesso e os dois padrões estratégicos de insurgência do modelo.

No terceiro capítulo, abordaremos nosso objeto de estudo que é o Primeiro Comando da Capital, desde sua criação até os dias atuais. Descreveremos os principais pontos encontrados em nossa pesquisa tais como sua criação e desenvolvimento, os supostos ideais,



as lideranças, o recrutamento, modo de financiamento, área de atuação e outras ações relevantes.

No capítulo quatro, compararemos o modelo teórico com a realidade verificando se o Primeiro Comando da Capital tem aderência sobre cada aspecto relacionado por David Galula.

No último capítulo, exporemos nossas conclusões sobre o estudo, propondo novas linhas de pesquisas futuras relacionadas ao tema e possíveis aplicações do resultado de nosso estudo para Marinha do Brasil.

Um aspecto importante identificado durante a pesquisa foi o emprego de uma ideologia a serviço do crime, usada como ferramenta de recrutamento e união dos criminosos.

A crise fiscal que o governo brasileiro enfrenta direciona o Estado para um possível enfraquecimento de suas instituições e, neste momento, o surgimento de movimentos insurgentes tem grande possibilidade de ocorrer e por isso acreditamos que o tema seja relevante.

## 2 MODELO TEÓRICO CRIADO POR DAVID GALULA

Apresentaremos, neste capítulo, os principais conceitos teóricos desenvolvidos por David Galula. Iniciaremos apresentando quem ele foi e qual sua importância na teoria da guerra irregular. Posteriormente, abordaremos os principais conceitos com definições elucidativas sobre o assunto em tela. Em seguida, apresentaremos os requisitos que Galula definiu para o sucesso de uma insurgência detalhando cada um deles. Por último, abordaremos os padrões estratégicos de insurgência classificados pelo modelo teórico criado por Galula.

### 2.1 Quem foi David Galula

David Galula nasceu em 1919 na Tunísia, porém era filho de cidadão francês. Iniciou sua carreira militar na Academia Militar francesa e lutou no teatro europeu durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Serviu na China de 1945 a 1948 e na Grécia como Observador Militar da ONU de 1949 a 1950. Em seguida, serviu como adido militar em Hong Kong e serviu na Argélia de 1956 a 1958 (GALULA, 1966).

A experiência dele como militar francês durante a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, na China, Grécia, Sudeste Asiático e Argélia forneceu uma visão privilegiada para analisar as peculiaridades da guerra revolucionária.

Galula trabalhou no Centro de Assuntos Internacionais da Universidade de Harvard e publicou o livro *“Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice”* em 1964 (GALULA, 1966).

As observações de Galula são consideradas tão válidas nos dias atuais que seu livro foi um dos pilares na confecção do manual do exército norte-americano de contrainsurgência datado de 2006 (EUA, 2006).

Dentro desse contexto, elaboraremos os principais conceitos da teoria de Galula com suas respectivas definições elucidativas.

## **2.2 Os conceitos de guerra revolucionária**

Para Galula (1966), se há princípios que podem ser aplicados as guerras convencionais, deveriam haver regras que poderiam ser aplicadas as guerras contrarrevolucionárias. O livro “*Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*” tem o propósito de definir as leis das guerras contrarrevolucionárias para se alcançar seus princípios a fim de se desenhar uma estratégia e tática correspondente. Ele deixou claro que seu estudo foi concebido para as guerras contrarrevolucionárias como um todo, não para uma específica, e por isso, alguns fatores particulares podem não ser aplicados em uma determinada situação.

Segundo as análises de Galula (1966), uma guerra revolucionária poderia ocorrer em áreas estáveis, porém seu sucesso estaria longe de ser certo, pois uma sociedade estável é menos vulnerável.

A guerra revolucionária é principalmente um conflito interno, embora influências externas raramente falham em apoiá-lo. Um dos fatores mais importantes é que os insurgentes desafiam o poder dominante local que controla a administração, as forças de segurança pública e as forças armadas. O conflito resulta da ação do insurgente com o propósito de assumir o poder ou se separar do país existente e da reação do contrainsurgente com o propósito de manter seu poder (GALULA, 1966).

Revolução, conspiração e insurgência são as três formas de se tomar o poder pela força. A revolução é caracterizada por ser explosiva, espontânea, curta e não planejada (França, 1789; Rússia, 1917; Hungria, 1956). Numa revolução, a massa se move e as lideranças surgem. A conspiração é caracterizada por ser uma ação de um grupo direcionada a derrubar a liderança vigente do país. Por sua natureza clandestina, não envolve as massas. Já a

insurgência, Galula define:

Insurgência é uma luta prolongada, conduzida metodicamente, passo a passo, a fim de alcançar objetivos intermediários específicos que levam, finalmente, à derrubada da ordem existente. Para ter certeza, não pode ser mais previsto do que uma revolução; na verdade, seu início é tão vago que determinar exatamente quando uma insurgência começa é um difícil problema jurídico, político e histórico (GALULA, 1966, p. 4 e 5, tradução nossa).<sup>1</sup>

Para Galula (1966), a batalha pelo apoio da população é maior característica da guerra revolucionária. Como os dois contendores possuem assimetria em quase todos os tipos de meios, seria ingênuo se o insurgente tentasse combater as forças do governo vigente de forma convencional. A lógica impõe o insurgente a levar o combate a um novo patamar e o apoio da população representa este novo nível. Se o contrainsurgente pudesse dissociar fisicamente o insurgente da população, ele seria vencedor pois, no final das contas, o exercício do poder político depende tacitamente ou explicitamente do apoio da população ou de sua submissão.

Há uma transição gradual do estado de paz para o estado de guerra que pode levar anos em uma insurgência, fato que não ocorre na guerra convencional na qual o atacante realiza suas ações de forma abrupta e decisiva. Os insurgentes, por sua natureza, precisam de tempo para construir forças políticas e militares. Necessitam de tempo para maturar sua organização até que estejam em condições de desafiar o governo vigente (GALULA, 1966).

Dentro dessa perspectiva é extremamente difícil definir um grupo como insurgente na sua gênese pois a lentidão do processo pode ofuscar a visão do poder vigente negligenciando o nascimento de grande ameaça a estabilidade e a segurança do país.

A insurgência é uma força fluida pois não possui meios inicialmente para se contrapor a seu oponente e necessita de disformidade para atingir o balanço de poder

---

<sup>1</sup> Insurgency is a protracted struggle conducted methodically, step by step, in order to attain specific intermediate objectives leading finally to the overthrow of the existing order. To be sure, it can no more be predicted than a revolution; in fact, its beginnings are so vague that to determine exactly when an insurgency starts is a difficult legal, political, and historical problem.

necessário para realizar seu intento. Por outro lado, a contrainsurgência é sólida, pois possui organização, bases, pessoal, meios e responsabilidade em tomar ações. Até atingir o equilíbrio de poder, a insurgência realiza operações de *hit-and-run*<sup>2</sup>(GALULA, 1966, p. 13), pois é livre para tomar a iniciativa das ações e aceitar ou negar o combate. Essa fluidez torna as operações simples para os insurgentes e complexas para os contrainsurgentes que têm obrigação legal de reagir às ações dos seus adversários (GALULA, 1966).

Na teoria de Galula, a presença de uma poderosa ideologia, ou causa, é fundamental para que os insurgentes angariem apoio da população. Porém, a presença de uma ou mais ideologias não são suficientes para manter o apoio da população durante os combates quando as necessidades humanas mais primitivas de segurança são ameaçadas (GALULA, 1966).

Nesse contexto, a existência de uma causa é mais influente no início dos movimentos insurgentes do que durante as hostilidades.

Abordaremos, a seguir, o que Galula relacionou como requisitos para uma insurgência bem sucedida.

### 2.3 Requisitos da insurgência bem sucedida

David Galula (1966) relacionou quatro grandes requisitos para uma insurgência ser bem sucedida: a presença de uma causa, a fraqueza do contrainsurgente, condicionantes geográficas e o apoio externo.

A **causa** é a ferramenta que o insurgente usa para recrutar e transformar sua tremenda força intangível em força concreta. Na definição da causa, o insurgente precisa selecionar aquela que atraia o maior número de apoiadores e o menor número de opositores. A causa precisa ser suficientemente forte pelo menos até o momento em que o insurgente tenha

---

2 Bater e correr (tradução nossa).

condições de enfrentar o governo vigente. O insurgente deve evitar causas que sejam circunstanciais e que possam perder sua força por alterações que sejam independentes de suas ações. As causas podem ter naturezas políticas, sociais, econômicas, raciais ou simplesmente artificiais. O insurgente pode usar mais de uma causa ou alterá-la durante sua campanha. Dessa forma, ele pode manipular a causa de acordo com seus interesses (GALULA, 1966).

Como o insurgente nasce do zero, é necessário que haja outras condicionantes além da causa para que ele se desenvolva. Galula (1966) define como sendo a **fraqueza do contrainsurgente** ou do governo vigente. Ele considerou alguns pontos importantes de força e fraqueza do contrainsurgente e os relacionou. O primeiro deles seria a **ausência de problemas**, de forma que Estados que possuam muitos ou grandes problemas tem maior tendência de apresentarem movimentos insurgentes. O segundo fator seria o **consenso nacional**, pois quanto maior for a unidade do Estado menos vulnerável ele estará aos insurgentes. A **liderança contrainsurgente resoluta** é outro fator apontado, pois dada a natureza lenta de recrutamento da insurgência, a resolutividade das lideranças do governo vigente é um aspecto fundamental na aparição do movimento insurgente. Outro fator relacionado foi o **conhecimento dos líderes do governo vigente de guerra contrainsurgente**. Os **mecanismos de controle da população** também são outro ponto mencionado por Galula que abrangem quatro instrumentos: a estrutura política, a burocracia administrativa, a polícia e as forças armadas.

As **condicionantes geográficas** também são pré-requisitos para uma insurgência bem sucedida. Alguns aspectos geográficos foram analisados por Galula (1966): a **localização** do país referente ao isolacionismo causado por barreiras naturais ou situado em meio a outros países que se opõe ou não a insurgência. O **tamanho** do país é outro aspecto analisado, pois quanto maior o país mais difícil é para controlá-lo. Foi analisada a **configuração** do país, pois quanto mais compartimentado for seu relevo, mais fácil é para os insurgentes se esconderem.

As **fronteiras internacionais** são outro fator abordado em virtude do tamanho e dos países que apoiam movimentos insurgentes. O **terreno** é mais um fator abordado, pois terrenos difíceis como montanhas, selvas e pântanos são favoráveis ao surgimento de insurgência. **Climas** mais severos são favoráveis aos contrainsurgentes pois estes possuem melhores condições operacionais e de logísticas. De forma semelhante ao tamanho do território, o tamanho da **população** se relaciona com as condicionantes de um movimento insurgente. Outro fator condicionante citado por Galula é o **econômico**. Economias menos desenvolvidas tendem a favorecer os movimentos insurgentes. Nelas, o governo vigente tem dificuldades de transporte, comunicação e integração da população e das forças contrainsurgentes .

A última condicionante ao sucesso insurgente estudada por Galula (1966) foi o **apoio externo** que pode ser realizado por cinco formas diferentes. A primeira delas é por meio do **apoio moral** no qual o governo de um país estrangeiro demonstra apoio à causa do movimento insurgente e age somente no campo da propaganda a fim de obter ou manter o apoio da população. Outra forma empregada é o **apoio político** que consiste em aplicar pressão diretamente no contrainsurgente ou indiretamente nos fóruns diplomáticos internacionais. O apoio externo ao insurgente pode ser realizado por meio **técnico** em forma de assessoria na organização e condução de sua política e de suas operações militares. Governos estrangeiros podem apoiar a insurgência **financeiramente**. E, finalmente, o apoio externo pode ser realizado no campo **militar**, com intervenções diretas ou indiretas, por meio de treinamento ou equipamentos.

O apoio militar não é requisito para os momentos iniciais do movimento insurgente por não necessitar de muita quantidade, porém, quando o movimento atinge a magnitude para se contrapor diretamente ao contrainsurgente, será necessário obter equipamentos de alguma fonte que pode ser a captura do próprio contrainsurgente ou de apoio externo. Caso essas fontes não estejam disponíveis, as operações militares da insurgência se

tornam impossíveis segundo Galula (1966).

Na visão de Galula (1966), a causa, a fraqueza política e administrativa do governo vigente, as condições geográficas e o apoio externo nos estágios mais avançados são condicionantes para o sucesso do movimento insurgente.

Apresentaremos, em seguida, os padrões estratégicos de insurgência classificados no modelo teórico de David Galula.

#### **2.4 Padrões estratégicos de insurgência**

Galula apresenta dois padrões estratégicos de insurgência. O primeiro seria o padrão ortodoxo, relacionado com a ideologia comunista. Ele é caracterizado por cinco fases: a criação de um partido na qual uma elite intenciona assumir o poder; a criação de uma frente unida a fim de se obter um número maior de aliados e a eliminação de dissidentes; a criação de um movimento insurgente; o estabelecimento deste movimento em uma organização regular e; por último, uma campanha de aniquilação (GALULA, 1966).

O segundo padrão seria um movimento de tomada do poder de menor envergadura não relacionado com a ideologia comunista. Ele denominou esse segundo padrão de burguês nacionalista. Neste padrão, existem duas fases: o terrorismo cego ou indiscriminado a fim de chamar a atenção para angariar apoiadores; e o terrorismo seletivo, assassinando funcionários do governo de baixo escalão que trabalhe junto a população, como policiais, carteiros, prefeitos, assessores e professores com o propósito de isolar o contrainsurgente das massas, envolvendo a população na luta obtendo dela, no mínimo, sua cumplicidade passiva (GALULA, 1966).

Os dois padrões possuem níveis de vulnerabilidades diferentes no tocante ao seu desenvolvimento. Enquanto o padrão ortodoxo possui vulnerabilidade baixa em seu surgimento com a criação do partido e da frente única, o padrão nacional burguês possui



vulnerabilidade alta por ocasião do terrorismo cego e no início do terrorismo seletivo (GALULA, 1966).

Galula (1966) divide a guerra revolucionária em dois períodos: frio, enquanto não há ações violentas características da fase um e dois do modelo ortodoxo e o quente, quando a violência é inserida na equação. A transição de um período para outro é gradual e confuso. Até mesmo no modelo burguês nacionalista, a violência sempre é precedida de movimentações.

De acordo com a análise do modelo teórico de Galula (1966), baseado em suas observações e experiência, ressaltamos que é fundamental que o governo vigente conheça os requisitos para o nascimento de uma insurgência e identifique o mais rápido possível os indícios desses movimentos. Lembramos que o desenvolvimento de uma insurgência pode ser lento e, conseqüentemente, sua identificação se torna complexa. Porém, no caso do padrão burguês nacionalista a vulnerabilidade do movimento é alta justamente nos momentos iniciais e por isso deve ser identificado prematuramente.

### 3 O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL

Nascido dentro do sistema penitenciário paulista, o Primeiro Comando da Capital se tornou a maior facção criminosa da América Latina. Espalhou-se por todos os Estados brasileiros e alcançou outros países como Paraguai, Bolívia, Argentina, Peru, Colômbia e Venezuela (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Com uma forma complexa de relações e um discurso de união dos criminosos regrados por uma disciplina em comum, a facção tem conseguido se fortalecer em número de membros e receitas financeiras.

Neste capítulo, apresentaremos o PCC abordando seu surgimento, seu estatuto, lideranças, fonte de recursos, áreas de atuação, recrutamento e algumas ações relevantes da facção.

#### 3.1 Surgimento

A facção criminosa que se autodenomina Primeiro Comando da Capital nasceu na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté (CCT) conhecida vulgarmente como "piranhão" devido ao fato da maioria dos detentos lá encarcerados terem se envolvido na morte de outros presos. A CCT era considerada um presídio duro e era dirigida por Ismael Pedrosa. A CCT não era bem um presidido, foi projetada para ser um hospital psiquiátrico onde ficavam contidos os insanos e por isso não possuía medidas de segurança eficientes. O governo de São Paulo foi criando ali uma unidade prisional que alojaria os detentos considerados de máxima periculosidade.

A facção teve origem a partir de um time de futebol que se organizou e, após assassinar os "frentes"<sup>3</sup> da CCT, assumiram o controle da unidade carcerária em 31 de

---

<sup>3</sup> Detento que possui liderança ou mando sobre os demais em um determinado estabelecimento prisional (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

agosto de 1993. Após o assassinato dos seus rivais, os integrantes da recém facção foram colocados em isolamento e iniciaram sua primeira rebelião. No episódio, oito elementos se destacaram e ficaram conhecidos como os fundadores (Cesinha – César Augusto Ririz Silva, Da Fé – Ademar dos Santos, Geleião – José Marcio Felício, Isaías Esquisito – Isaías Moreira do Nascimento, Bicho Feio – Antônio Carlos dos Santos, Du Cara de Gorda ou Wandão – Wander Eduardo Ferreira, Misa – Misael Aparecido da Silva, Zé Cachorro – José Epifânio Pereira) liderados por Geleião, o arquiteto da facção e o mais forte fisicamente (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

De acordo com o sociólogo Gabriel Feltran, o desfecho da rebelião ocorrida na Casa de Detenção, conhecida como Carandiru, em 1992, onde 111 detentos foram mortos após uma ação controversa da Polícia de São Paulo, marca a origem das condições necessárias para o nascimento do PCC (FELTRAN, 2018).

Após esse evento, que ficou conhecido como Massacre do Carandiru, a política estadual paulista, no tocante ao tratamento da massa carcerária, se alterou significativamente apresentado um relaxamento das regras do estabelecimento prisional e aumento das regalias dos detentos, fato relatado pelo próprio Geleião, primeiro líder do PCC (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Cabe mencionar que a Casa de Detenção já foi considerada referência em ambiente prisional entre os 1920 e 1940, época em que operava aquém da capacidade máxima projetada, sendo mencionada em 1936 no livro de Stefan Zweig, amigo de Sigmund Freud, chamado “Encontro com Homens, Livros e Países”. Na obra, ele ressalta a limpeza e a higiene como força motriz de uma fábrica de trabalho. Naquela época, os presos faziam pão, preparavam medicamentos, prestavam os serviços na clínica e no hospital além de plantarem legumes (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Relembramos que Massacre do Carandiru ocorreu logo após a Constituição

Federal de 1988, momento em que a sociedade brasileira estava preocupada com os direitos individuais e o PCC se aproveitou do momento delicado para se estabelecer e se firmar como uma irmandade no mundo prisional paulista (FELTRAN, 2018).

Abordaremos a seguir como a facção conseguiu se estabelecer no sistema prisional paulista e se expandir para as demais unidades da federação.

### **3.2 O estatuto**

Ao contrário da maioria das facções criminais brasileiras, o PCC nasceu dentro do sistema prisional e migrou para fora dele. Até então, o modelo observado era totalmente inverso<sup>4</sup>. As facções eram formadas no mundo do crime e a medida que os detentos iam reencontrando seus parceiros no sistema prisional a facção dava continuidade a sua existência (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

O que aconteceu com o PCC foi que apresentou regras extremamente vantajosas para todos os detentos e apesar da violência empregada para convencer os dissidentes, é notório que a ideologia por trás do movimento possuía legitimidade no entender da massa carcerária (FELTRAN, 2018).

O PCC implementou um conjunto de regras e acabou com a lei do mais forte que imperava no sistema prisional. Uma das medidas mais legítimas foi acabar com as violências sexuais sofridas pelos mais fracos e recém-chegados nas cadeias sob domínio do PCC. Só com esta medida, a facção conseguiu obter o respeito da maioria dos detentos. Também proibiu a venda de crack no interior dos presídios. Estabeleceu regras para a execução de homicídios dentro do sistema carcerário, proibindo a execução sem autorização prévia (FELTRAN,2018). Regrou a gestão de leitos em cada cela. Estabeleceu regras de conduta nos

---

4 Outra facção criminosa que também surgiu dentro do sistema prisional foi o Comando Vermelho. A facção nasceu em 1979 no Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro (LIMA, 2001).

dias de visita em sinal de respeito aos familiares (MANSO; DIAS, 2018). Coordenou diversas rebeliões e conseguiu aprovar medidas populares para a massa carcerária como aumentar o número de visitas, alterar a camisa dos detentos da cor amarela para a bege, televisões de plasma para os presos assistirem aos jogos da Copa do Mundo, dentre outras regalias (FELTRAN, 2018).

Por meio de um fundo criado e mantido com a mensalidade dos membros, rifas e outras formas de custeio que abordaremos mais adiante, apresentou uma série de benefícios para os presos e suas famílias como ajuda para pagamento de advogados, transporte para as visitas, principalmente para os presídios construídos no interior de São Paulo, ajuda material para os necessitados como pasta de dente e sabonete além de viabilizar o comércio de cigarros, maconha e cocaína para os detentos (FELTRAN, 2018).

Estabeleceu um ritual de entrada, denominado batismo, que, segundo Christino e Tognolli (2017) funcionava da seguinte maneira:

O batismo foi uma ideia dos “fundadores”. É um ritual que devia ser feito para que o indivíduo fosse reconhecido como membro do PCC. Variava de acordo com cada presídio. Às vezes era feito por telefone. O batizado é sempre apresentado por um “padrinho” que se torna fiador de seu comportamento. Dependendo do caso, o “padrinho” pode até ser punido por uma traição de seu “afilhado”. Geralmente, com o “batismo” o “batizado” recebia uma cópia do “Estatuto” - as regras seguidas pelo PCC e que variavam de acordo com a pessoa ou a época (CHRISTINO; TOGNOLLI, 2017, p. 73).

Muitas dessas medidas e a própria filosofia da facção foram compiladas em um texto que a facção denominou de estatuto que conta, atualmente, com 18 artigos<sup>5</sup> (FELTRAN, 2018).

Um fato curioso no estatuto é que um membro do PCC deve se comprometer com o mundo do crime e uma vez em liberdade, deve contribuir para melhoria das condições de vida daqueles que se encontram encarcerados. Deve lealdade ao PCC e deve, principalmente, cumprir as determinações emanadas de dentro da cadeia.

---

5 Ver Anexo A – Estatuto do PCC

Outro fato curioso é que o estatuto aborda a “ética do crime” que todos os membros devem seguir. O estatuto não relaciona o que seria ou não a ética do crime, mas fica claro que alguns indivíduos não são tolerados, tais como estupradores, pedófilos, caguetes, aqueles que extorquem, invejam e caluniam, covardes, traidores, acomodados, fracos e policiais (FELTRAN, 2018).

O estatuto coloca todos os membros em paridade a medida que todos devem observá-lo, independente da posição que ocupam na facção. Esse discurso é extremamente forte à medida que coloca um elemento excluído da sociedade em um nível de igualdade na sociedade criminal. O estatuto também despersonaliza a facção em torno de um líder, tornando-a menos mutável à medida que as lideranças vão se alterando (FELTRAN, 2018).

A ideologia identificada é de que os crimes são praticados em nome dos “oprimidos pelo sistema”. A causa da facção é “o crime fortalece o crime” (MANSO; DIAS, 2018). Essas ideias estão expressas no estatuto e apresentam um tom de união da massa carcerária, não sob a lei do mais forte vigente até então, e sim por um código de conduta que parece ser razoável dentro das opções disponíveis para os detentos. Essa ideologia, a serviço do crime, cria uma poderosa ferramenta no recrutamento e na união dos criminosos.

A seguir, analisaremos as principais lideranças da facção e de como elas influenciaram as ações de seus membros de acordo com cada discurso.

### **3.3 Lideranças**

José Marcio Felício, conhecido como Geleirão, primeiro líder do PCC, foi preso aos 18 anos de idade e nunca mais conheceu a vida fora das grades. É um indivíduo alto, com mais de 1,90 m de altura e mais de 130 quilos. Passou muitos anos encarcerado na Casa de Custódia de Taubaté onde, segundo relatos dos detentos, alguém era espancado com barras de ferro a cada dois ou três dias. Exames neurológicos indicaram lesões cerebrais fruto de golpes

na cabeça de Geleião. Ficou preso no Carandiru por 10 anos. Afirmou em entrevista ao procurador Marcio Sergio Christino que, após a morte dos 111 presos em 1992, as regras da penitenciária foram relaxadas e os presos tiveram um grande aumento de regalias. Geleião era extremamente persuasivo e conseguia adeptos por onde passava. Após cometer um homicídio no Carandiru, foi transferido para a CCT, mas também passou por várias unidades prisionais como Avaré, Presidente Bernardes, em São Paulo e Piraquara no Paraná por onde expandiu sua ideologia (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Ainda no Paraná, Geleião tentou uma fuga que após fracasso se transformou em uma rebelião. Após alguns dias de negociação, o próprio ministro da justiça, à época, José Gregori, negociou com Geleião. Seu lema mais uma vez se concretizou: lidere e pressione que o Estado cederá. Foi transferido para Bangu no Rio de Janeiro, reduto de uma facção criminosa denominada Comando Vermelho (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Geleião tinha como foco pressionar o sistema para obter melhorias nas condições de vida dos presos. Não possuía ideias de fortalecer a facção economicamente. Para atingir seus propósitos, ele organizava rebeliões, ordenava resgates de suspeitos presos provisoriamente, sequestros e atentados (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Após a prisão em flagrante, o detento ficava temporariamente na delegacia até haver vagas no sistema prisional. O estado de São Paulo criou os centros de detenção provisórios onde os detidos aguardariam os trâmites até a transferência para os presídios. Projetados para receber de quatro a cinco detentos, segregavam de 40 a 50 pessoas na prática. A segurança era provida pela polícia civil com esparsos recursos humanos que deveriam estar atuando em investigações. Como libertar condenados dos presídios era difícil, a única opção para impedir a prisão de um membro da facção era libertá-lo antes que chegasse a unidade prisional, ou seja, nos centros de detenção provisórios. Nessas ações, muitos policiais foram assassinados criando um impasse entre os dois setores estaduais que não sabiam trabalhar em

conjunto, a polícia e sistema prisional (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Um dos primeiros atos fora das grades, além dos resgates que já ocorriam, foi o sequestro da filha do diretor da CCT, Ismael Pedrosa, ocorrido em abril de 2001. A intenção era negociar a transferência de detentos, porém Pedrosa foi afastado imediatamente. Devido a uma megarrebelião ocorrida anteriormente, em 2001, o Estado passou a interceptar as ligações telefônicas das lideranças do grupo e acidentalmente descobriu o cativo e desmantelou a ação. Porém, o impacto da ação sobre os funcionários do sistema carcerário foi muito grande mostrando que ninguém estava a salvo. Mais tarde, Pedrosa foi assassinado por dois integrantes do PPC em outubro de 2005 (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

O PCC planejou um atentado empregando um carro bomba no fórum da Barra Funda, o maior da América Latina. Colocaram 35 kg de explosivo plástico e um cilindro de gás acetileno em um Ford Escort. Porém, por alguma razão desconhecida, o artefato não detonou e o carro ficou estacionado no local por dois dias até que a segurança local percebeu que algo estava errado e acionou a polícia. Teria sido a maior tragédia da história brasileira no tocante a atentados terroristas. Apesar do carro bomba não ter detonado, o PCC realizou atentados com tiros de metralhadores, pistolas e lançamento de granadas em três fóruns: Itaquera, Osasco e São Vicente, todos no estado de São Paulo (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Geleirão, que estava preso no Centro de Reabilitação Penitenciária Presidente Bernardes, queria realizar atentados para pressionar o Estado. Um bilhete endereçado ao secretário de Administração Penitenciária foi encontrado no atentado ao fórum de São Vicente com os seguintes dizeres:

Os oprimidos contra os opressores; enquanto não pararem as covardias e os maus-tratos nos sistemas penitenciários, não pararemos nossas ações sem limites. Estamos fortes como nunca. Estamos nos fortalecendo mais com as operações que eles botam em cima da gente. Pode aguardar, seu Nagashi. Assinado: 1533<sup>6</sup> PCC (CHRISTINO; TOGNOLLI, 2017, p 96).

---

6 1533 significa a ordem das letras PCC no alfabeto.



Geleirão determinou, por meio de sua esposa, a detonação de um carro bomba na sede da Bolsa de Valores. Interceptações telefônicas conseguiram desmantelar o plano e um automóvel Gol foi encontrado com 30 kg de explosivos no quilômetro 91 da Rodovia Anhanguera. Mais tarde soube-se que o atentado na Barra Funda e na Bolsa de Valores tinham o propósito de influenciar as eleições (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Essa visão de atentados contra o Estado começou a incomodar outra liderança que começou a perceber que a organização poderia se beneficiar da atividade criminal economicamente. Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, não aceitava esse direcionamento que a facção estava tomando. Ele não coadunava com a ideia de atentados e iniciou uma luta pelo comando da facção (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Por ordem de Fidel Castro, um grupo armado chileno foi treinado em Cuba, Bulgária e Alemanha Oriental. Era o Partido Comunista Chileno, coincidentemente denominado PCC. Ao retornar ao Chile constituíram a Frente Patriótica Manuel Rodrigues. Essa organização realizou várias ações no Chile e alguns integrantes, incluindo o líder operacional da frente, Maurício Hernandez Norambuena, foram condenados a prisão perpétua acusados de sequestro e assassinato de políticos. Mais tarde, conseguiram fugir com apoio do Exército Republicano Irlandês (IRA) com auxílio de helicópteros (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Em 2002, o líder do grupo que sequestrou o publicitário Washington Olivetto foi preso no interior de São Paulo. Era Norambuena que passou a ter contato com o Marcola no sistema prisional brasileiro (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

O Estado uniu um dos líderes mais perigosos de facção do Brasil com o único terrorista internacional com experiência em organizar um grupo clandestino. Não há provas concretas da contribuição de Norambuena, mas o fato é que, após o convívio entre os dois líderes, o PCC se reestruturou de maneira brutal (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

O PCC funcionava como uma organização que não se atinha ao que seus membros faziam na vida criminosa. Uma pessoa poderia ser dona do tráfico de drogas em uma região e pertencer ao PCC sem qualquer vínculo com sua atividade fora da prisão. Cada membro da facção tinha uma quadrilha ou uma atividade criminosa independente como tráfico de drogas, assalto a bancos, tráfico de armas etc. Depois do contato com Norambuena, criou-se uma organização por “sintonias” que funcionavam como departamentos. A Sintonia Geral Final é o topo da organização onde as demais sintonias se submetem. Há a Sintonia dos Gravatas que cuida dos advogados que trabalham para a organização; a Sintonia da Cebola ou Caixinha que recebe a contribuição mensal dos presos; Sintonia das Ajudas que organiza o pagamento de cestas básicas ou pensão para as famílias; Sintonia das Rifas e Loterias; Sintonia dos Ônibus que se encarrega do transporte dos parentes dos detentos que moram no interior e precisam fazer visita; Sintonia do Pé de Borracha que administra carros; Sintonia dos Cigarros que vende produtos ilegais a preços inferiores; Sintonia das FM que são os pontos de drogas; Sintonia Bob Esponja também referente à venda de drogas; Sintonia IML que trata da cocaína batizada; Sintonia do Apoio que apoia a Sintonia Final, uma espécie de comitê; Sintonia Geral da capital do ABC paulista, da baixada santista e das ruas que vão atuar no norte, sul, leste e oeste da cidade; Sintonia do Interior, que atua fora do centro urbano de São Paulo; Sintonia Geral dos Estados divididos nas regiões Sul, Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste; Sintonia Geral do Sistema, que cuida dos presídios e possui subsintonias<sup>7</sup> (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Com isso, o PCC tornou-se uma organização que passou a atuar com células e de forma empresarial em diversos ramos. Os membros passaram a atuar, também, em prol de uma organização unificada (MANSO; DIAS, 2018).

Marcola mudou o foco do PCC que passou do confronto com Estado, por meio de

---

7 Ver anexo B – Suposto organograma do PCC.

ações violentas, para dominar a criminalidade, em especial o tráfico de drogas, sem deixar de pressionar o Estado. O foco virou arrecadar dinheiro para a causa. Agora, os membros fora das grades não precisavam correr riscos somente pela fidelidade a organização como ocorria durante os resgates e atentados, os membros passaram a ter outro fator motivador: o dinheiro (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Desde a criação em 1993, o PCC teve divergências internas que ficaram caracterizadas pelo assassinato de seis dos oito fundadores pelos próprios membros da facção. Esse período cessou em 2002 quando Marcola assumiu o controle a facção e se consolidou na liderança (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

### **3.4 Fontes de recursos**

O PCC alterou significativamente suas fontes de recursos ao longo de sua história. Inicialmente, as principais fontes eram as relacionadas ao sistema prisional como a mensalidade (caixinha), rifas e loterias. Posteriormente, após a transferência de Geleirão para o Rio de Janeiro, onde teve contato com o Comando Vermelho e principalmente sob a liderança de Marcola, o PCC focou no tráfico ilícito de entorpecentes como principal fonte de recursos. Além do tráfico, outra grande fonte de recursos financeiros é o roubo a bancos e a empresas de valores (MANSO; DIAS, 2018).

É extremamente complexo analisar essa questão em virtude da característica organizacional do PCC. Ele não funciona de forma hierarquizada, como uma empresa ou unidade militar. Ele se assemelha a uma sociedade secreta em que os indivíduos se beneficiam de favores e estão comprometidos entre si. Alguns membros atuam em prol da organização, mas possuem suas transações criminosas individuais independentes e autorizadas pela facção (FELTRAN, 2018). Tal fato torna muito difícil para autoridades identificarem, numa apreensão por exemplo, o que é patrimônio do PCC ou do criminoso como elemento isolado.

A prisão, apelidada de faculdade pelos criminosos, funciona como um elemento integrador, viabilizando conexões entre indivíduos para que possam se estabelecer na atividade criminal coletivamente e individualmente (MANSO; DIAS, 2018).

Além das atividades ilegais, o grupo criminoso atua em negócios legais para lavar dinheiro. Muitos membros, ao saírem da cadeia, conseguem trabalhar nessas empresas e perdem o estigma de bandidos. São inúmeros tipos de atividades empresariais que vão desde ferro-velho, lava-jato, pequenas lojas, empresa de transporte, empresa de câmbio, importação de bens e autopeças, sendo mais comuns na fronteira entre o Brasil e Paraguai (MANSO; DIAS, 2018).

As atividades do PCC são extremamente lucrativas, particularmente quando a facção conseguiu estabelecer conexões na fronteira, eliminando intermediários no ramo do tráfico de drogas. Foi o caso do assassinato de Jorge Rifaat, conhecido como o “rei da fronteira” em Pedro Juan Caballero no dia 15 de junho de 2016. Este evento colocou o PCC como o principal distribuidor de drogas no atacado brasileiro. O PCC criou também um canal de escoamento dos países vizinhos produtores de pasta de cocaína, cocaína e maconha do Paraguai e Bolívia para o Porto de Santos e de lá para a Europa e Oriente Médio (MANSO; DIAS, 2018).

Além do tráfico de drogas no atacado e no varejo, também é responsável por diversos roubos a bancos e instituições financeiras. Participou do maior furto da história do Brasil ocorrido em Fortaleza em agosto de 2005 onde se apropriou de aproximadamente 165 milhões reais dos cofres do Banco Central do Brasil em uma ação meticulosamente planejada e executada, que virou até filme estreado em 2011. Também foi responsável pelo maior roubo da história do Paraguai, ocorrido em Ciudad del Este e no dia 14 de abril de 2017, com envolvimento de aproximadamente 50 homens, dez veículos de luxo blindados, fuzis, granadas e metralhadoras antiaéreas. As autoridades paraguaias citam valores entre 11,7 a 40

milhões de dólares roubados. Além dos já citados roubos, também é responsável pelo movimento conhecido como “novo cangaço” caracterizado pelo uso de intensivo de armas, participação de pelo menos 10 criminosos, escolha de cidades distantes de centros urbanos e ataques simultâneos em instituições financeiras e a bases da polícia, às vezes empregando explosivos e sequestro de pessoas ligadas a funcionários dos estabelecimentos assaltados (MANSO; DIAS, 2018).

Cabe mencionarmos que Marcola foi preso por roubar banco e, no mundo do crime, segundo o sociólogo Gabriel Feltran (2018), o ladrão de banco é aquele indivíduo mais respeitado pelos pares por ser um crime que exige planejamento e inteligência.

Segundos dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, entre 2006 e 2012, a movimentação de seiscentas pessoas ligadas ao PCC registrou um montante de 2,8 bilhões de reais (MANSO; DIAS, 2018).

A maior parte das armas empregadas pelo PCC vem do exército boliviano e do Paraguai (MANSO; DIAS, 2018).

### **3.5 Áreas de atuação**

Segundo o próprio estatuto da facção, o PCC não tem limite territorial. Ele está presente em todo os estados da federação e em países com fragilidades institucionais como o Paraguai (MANSO; DIAS, 2018), Bolívia (CHRISTINO; TOGNOLLI, 2017) e Venezuela (MANETTO, 2019). O PCC está presente também na Argentina, Colômbia e Peru (CHRISTINO; TOGNOLLI, 2017).

O PCC está mais presente em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, exatamente no eixo onde detém o monopólio do tráfico de drogas no atacado oriundo da Bolívia e Paraguai para o mercado interno, São Paulo, maior consumidor e porto de Santos

para o exterior<sup>8</sup> (MANSO; DIAS, 2018).

A facção possui suas lideranças presas atualmente no estado de São Paulo, mas também importantes membros distribuídos em outros presídios do país. Por mais curioso que seja, é correto afirmar que o quartel-general do PCC é o sistema penitenciário que abriga sua principal liderança, o Marcola (MANSO; DIAS, 2018).

Uma inovação tecnológica permitiu que a liderança conseguisse atuar em todo os estados da federação e no exterior: o telefone celular. A maior parte dos comunicados são feitos por celulares. Relatórios de ações de membros fora das grades, ordens gerais e específicas, denominadas “salves”, decisões e até julgamentos são realizados por mensagens de texto, áudio e até videoconferência. Entretanto, o PCC possui um sistema bastante complexo de tomada de decisão. Sua dinâmica ainda carece de investigação (MANSO; DIAS, 2018).

Analisaremos, em seguida, como o PCC recruta seus membros.

### **3.6 Recrutamento**

O PCC não só está nos presídios, mas nas ruas, particularmente onde o Estado é falho. Está presente nas comunidades, periferias ou favelas. É lá que ele encontra a fragilidade social necessária para implantar sua ideologia. O sentimento de revolta pela injustiça de trabalhar tanto e ver a casa em ruínas, em não ter atenção do Estado para suas necessidades, não ter acesso à justiça, educação, saúde e proteção. Quando a revolta é extrema, ela pode ser capturada por uma narrativa que preconiza enfrentar o sistema. O mundo do crime aposta em uma narrativa mais forte, não de resistir, mas de reagir contra as opressões cotidianas. O crime promete pertencimento a uma guerra. A prática de uma “justiça” rápida provida pela facção preenche o vazio do Estado que não resolve os pequenos imbróglis da classe social

---

8 Ver anexo C – Presença do PCC nos estados

miserável (FELTRAN, 2018).

A ideologia do PCC não só organizou a vida dos detentos, mas apresentou regras para o mundo do crime fora da vida prisional, com um discurso de união, fortalecendo-se junto a população miserável das cidades. O PCC age por princípio em manter a paz nos territórios em que exerce poder. A polícia não é recebida com violência e os traficantes não andam armados. Existe uma política bem específica para o uso das armas. Os comerciantes locais não precisam pagar por proteção e não precisam de autorização para abrir ou fechar um novo negócio (FELTRAN, 2018).

No fim de 2017, o estado de São Paulo possuía 225 mil presos e, atualmente, aproximadamente 1,2 milhão de ex-presidiários. Se consideramos que cada preso possui pelo menos quatro parentes próximos, o número de pessoas influenciadas pelas dinâmicas prisionais são de 5 milhões em um estado com população de 45 milhões de pessoas<sup>9</sup>. O Ministério Público estima que existam 30 mil membros batizados em todos as unidades da federação em 2018 (FELTRAN, 2018). Só no Rio de Janeiro, existem 1,1 milhão de pessoas morando em favelas consideradas perigosas (MANSO; DIAS, 2018).

Tanto nos presídios quanto fora deles, o PCC tem conseguido aumentar sua influência por ter conseguido organizar os criminosos, um segmento da sociedade caracterizado justamente pela conduta de quebra de disciplina, do ordenamento, da lei. A promessa de paz, igualdade, justiça e dinheiro em contraposição a lei do mais forte parece que tem conseguido sucesso em angariar membros.

No próximo tópico, vamos pontuar algumas ações relevantes transcorridas na história do PCC.

---

<sup>9</sup> Para efeitos de comparação, em 2018, segundo o comandante-geral da polícia militar do estado de São Paulo, o efetivo da corporação era de 93.799 policiais de acordo com GRANDE...(2018).

### 3.7 Algumas ações relevantes

Na primeira rebelião que o PCC orquestrou na CCT, em 31 de agosto de 1993, considerada data de sua criação, após as forças de segurança negociarem com o "frente", Geleião, se comprometeram a não colocar os detentos nus, sem "esculacho" na linguagem destes. Quando as forças de segurança mandaram os presos tirarem a roupa, os detentos olharam para Geleião cobrando uma atitude. Diante das pressões de seus camaradas, ele ordenou uma ofensiva contra o Batalhão de Choque da Polícia Militar do estado de São Paulo, que recuou. As forças governamentais só foram realizar a contraofensiva no dia seguinte, o que contribuiu para sua desmoralização (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Em 23 de julho de 1995, o PCC assassinou as lideranças rivais da Casa de Detenção, o famoso Carandiru, e assumiu a liderança prisional na capital paulista, levando a organização nascida no interior para a capital do estado (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Em 17 de dezembro de 1999, ocorreu uma outra rebelião na CCT. Esse evento foi arquitetado por Geleião e liderado por Marcola. A rebelião foi marcada por elevados atos de violência e pelo conluio dos funcionários do presídio. Ela teve dois propósitos: a desativação da CCT e a proliferação do PCC para outros presídios não controlados pela facção. O pleito da facção realizado por Marcola foi atendido plenamente pelo Estado personificado pelo negociador, o diretor da CCT, Ismael Pedrosa. Tal fato deu mais poder à organização criminosa (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Entre 1998 e 1999, começaram os movimentos no interior da facção em disputa da liderança. Du Cara de Gorda, um dos fundadores, foi selecionado para estabelecer um grupo de qualidade<sup>10</sup>, ou seja, um grupo fora da cadeia a fim de levar a articulação da facção além das grades ao moldes da Scarpazzeda da máfia italiana. Sua fuga não foi bem sucedida e

---

<sup>10</sup>Qualidade é o termo empregado pelo PCC para designar indivíduos extremamente perigosos e mais preparados para serem usados em ações de impacto.



acabou sendo morto por policiais, sendo o único fundador morto pela polícia, os demais foram mortos na disputa pelo controle da facção (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Ao perder o mando da facção para Marcola, Geleirão fez um acordo com o Ministério público em busca de proteção. O acordo de Geleirão foi o que permitiu que a polícia entendesse definitivamente a organização. A facção fora exposta de uma forma como nunca o tinha sido. Apesar da vitória do Estado, a situação do PCC não se alterou, inclusive até se fortaleceu. Marcola voltou ao regime prisional comum um ano e meio depois (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Havia uma região no estado de São Paulo com vários presídios onde era aplicado o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), odiado pelo PCC. O juiz Antônio José Machado Dias era o responsável pela condução dos processos de execução de pena dos detentos daquela região. Era conhecido por ser um juiz duro e inflexível para os presos. Por isso, Marcola ordenou a execução dele. O juiz foi morto quando se deslocava do fórum para sua atividade física, um jogo de futebol, em uma sexta-feira, dia da semana em que dispensava sua escolta. Apesar de extremamente bem planejada, a ação deixou rastros e por meio investigações e do apoio de Fernandinho Beira-Mar, líder da facção Comando Vermelho que se encontrava preso em São Paulo, o crime foi solucionado e os responsáveis foram presos (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

O PCC criou uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) chamada Nova Ordem, uma espécie de Organização não Governamental (ONG). Ela era financiada por uma pessoa chamada Simone Barbaresco, ligada ao PCC. A OSCIP tinha o propósito de exercer pressão política no tocante aos direitos e interesses dos presidiários. O foco era combater o RDD associando-o a tortura e tratamento desumano. Porém, as denúncias eram infundadas e a empreitada não estava atingido seu propósito. A entidade passou a listar em um *website* nome de jornalistas que se negavam a publicar as denúncias e fim de intimidá-

los. Inclusive, tentou pagar a divulgação de um manifesto do PCC na rede televisiva que se negou a publicar o conteúdo. Diante desse descaso, a Nova Ordem sequestrou o jornalista Guilherme Portanova e o cinegrafista Alexandre Calado da rede Globo de televisão em troca de um vídeo a ser divulgado no programa televisivo da emissora chamado Fantástico. O vídeo foi exibido no dia 13 de agosto de 2006 e os reféns foram liberados. Após investigações, o crime foi solucionado, os envolvidos foram processados e a Nova Ordem foi extinta. Outras entidades surgiram com o mesmo intuito, porém com postura mais cautelosa (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

Percebendo que a pressão continuaria, o Estado decidiu que era hora de isolar a liderança do PCC. Porém o *e-mail* que continha tal ordem vazou e o PCC ordenou uma série de ataques simultâneos na cidade. Foi a maior onda de atentados contra as forças de segurança na história do país. Iniciou no dia 13 de maio de 2006 em São Paulo e se espalhou para os estados do Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Bahia. O Governador do Estado de São Paulo era Cláudio Lembo que havia assumido há menos de dois meses para que Geraldo Alckmin pudesse ser candidato à presidência da república. A solução encontrada pelo estado foi negociar com Marcola. Autoridades saíram as pressas da cidade rumo ao interior de avião para pedir que os ataques cessassem. O líder da facção concordou e após 24 horas, os ataques cessaram (CHRISTINO; TOGNOLI, 2017).

## **4 COMPARAÇÃO COM O MODELO TEÓRICO**

Após abordarmos o modelo teórico de Galula e as principais características do PCC, vamos verificar, neste capítulo, em quais pontos esta facção criminosa se adere ao modelo teórico. Para essa análise, tentaremos responder se o PCC é um movimento insurgente dentro da sociedade brasileira desde seu surgimento em 1993 até os dias atuais.

Vamos prosseguir na análise com os requisitos de uma insurgência bem sucedida, elaborados por David Galula.

### **4.1 A presença de uma causa**

O PCC possui uma causa bastante forte que conseguiu envolver a massa carcerária a ponto de se expandir para o mundo extramuros. A causa da facção inclui pontos da teoria da Galula que pode ser classificada como social e econômica. Possui um discurso bastante forte que é a questão da luta dos oprimidos pelo sistema.

A existência do estatuto do PCC é uma prova da estruturação dessa causa. Ele já sofreu algumas alterações. Uma das primeiras versões foi divulgada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 20 de maio de 1997 sob forma de requerimento de informação nº 1875 de 1997 pelo Deputado Estadual Afanásio Jazadji. Possui palavras fortes como justiça, imparcialidade, ética, disciplina, hierarquia, respeito, mérito e opressão.

A causa criada pelo PCC estabelece um compromisso mútuo entre o membro e a organização além de regras que devem ser seguidas por todos. Apesar de a teoria de Galula prever alterações na causa, a do PCC permanece, em sua essência, a mesma desde sua criação, há mais de 25 anos, até os dias de hoje.

A análise da ideologia do PCC nos indica que ela possui um discurso que soa confortável aos sentidos dos criminosos e, por isso, é usada como ferramenta a serviço do

crime, seja no recrutamento ou na união desses indivíduos.

Vamos abordar, a seguir, o segundo requisito de uma insurgência contido no modelo teórico de Galula.

#### **4.2 Fraqueza do contrainsurgente**

De acordo com o modelo teórico, o contrainsurgente apresenta, geralmente, algumas características que possibilitam o surgimento de movimentos insurgentes.

A existência de problemas é uma das características contidas no modelo teórico. O Brasil é um país com vários problemas, especialmente de ordem social e econômica. Cinco mil clãs de famílias possuem mais de 40% da riqueza nacional enquanto 90% da população se apropria de 25% da riqueza nacional (BECKER, 2012). O PCC se beneficiou do processo de urbanização ocorrido de forma desordenada, que concentrou grandes contingentes pouco qualificados e alguns indivíduos altamente qualificados e bem remunerados, desenhando metrópoles onde a desigualdade social é visível no contraste das favelas com os bairros nobres.

Outro fator do modelo teórico considerado como fraqueza do contrainsurgente é o consenso nacional. Onde há unidade nacional é difícil o nascimento de movimentos insurgentes. Segundo o antropólogo e educador Darcy Ribeiro, o povo brasileiro é dos mais socialmente coesos em função da homogeneidade da língua e da cultura, não existindo, na atualidade, contingentes separatistas (RIBERIO, 1995). Tal fato não apresenta uma facilidade para o surgimento de uma insurgência, sendo um fator dificultador na expansão do PCC.

A presença de liderança contrainsurgente resoluta mencionada por Galula em seu modelo teórico também não é observada no Brasil. Por questões históricas, as lideranças brasileiras tem negligenciado ações resolutas no tocante à segurança pública, no campo social e econômico. Fato comprovado por mais de 65 mil homicídios ocorridos em 2017, segundo

dados tratados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgados em 2019. Outro ponto que contribui para essa afirmativa é o fato do Brasil possuir políticos que exerceram cargos do alto escalão governamental condenados ou sendo processados por ações criminosas.

Outro item mencionado na teoria é o conhecimento dos líderes do governo vigente de guerra contrainsurgente. Em recente entrevista a um programa de jornalismo chamado *Globo News* em 20 de maio de 2019, o Chefe de Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, afirmou que os presídios brasileiros completam a educação criminosa (GLOBONEWS, 2019). Tal declaração demonstra o conhecimento do atual governo federal no tocante a esta questão. Ressaltamos que o governo brasileiro federal possui quadros capacitados neste tipo de guerra, que podem assessorar as lideranças quando for necessário ou determinado. Porém, segundo o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, as polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios, e pela própria evolução histórica abordada neste trabalho, concluimos que as lideranças estaduais são extremamente ineficientes neste quesito.

Por último, Galula menciona os mecanismos de controle da população que abrangem a estrutura política, a burocracia administrativa, a polícia e as forças armadas. Segundo um artigo publicado em 2016 da revista da Controladoria-Geral da União, o controle do Estado sobre a sociedade foi necessário para garantir coesão, integração e ordem social no passado desde o século XIX até a segunda metade do século XX, ao tratar das relações de poder e dominação ideológica no contexto da velha administração pública, patrimonialista e burocrática. Entretanto, uma nova abordagem do tema foi implementada, no caso brasileiro, a partir da Constituição Federal de 1988, estabelecendo uma nova relação Sociedade-Estado,

destacando conceitos como movimentos sociais, democracia deliberativa, ação comunicativa, participação e *empowerment*<sup>11</sup> social, temáticas ligadas à busca por um novo serviço público, legitimado, coproduzido e compartilhado entre poder público e cidadão (SILVA, 2016). Sendo assim, entendemos que o PCC se beneficiou nos últimos anos, pelo fato de o Estado brasileiro, assim como outras nações democráticas, não ter aplicado os conceitos de controle social mencionados na teoria de Galula de forma que podemos considerar que tal quesito contribuiu para a fraqueza do Estado .

Para ilustrar a fraqueza do Estado brasileiro, vamos transcrever uma citação do promotor Marcio Sergio Christino (2017), quando Geleirão contribuiu com as investigações contra o PCC em busca de proteção, após ter sido considerado traidor por Marcola, atual líder da facção:

Esse foi o momento em que o PCC foi mais atingido em sua estrutura. Se no Brasil houvesse uma legislação que permitisse um isolamento maior, uma condenação mais efetiva, talvez o PCC tivesse acabado ali. Mas infelizmente, por mais que se faça, não há sistema jurídico no país capaz de subjugar uma organização dessas e com esses elementos (CHRISTINO; TOGNOLLI, 2017, p 148).

Como podemos observar, o Estado brasileiro apresenta fraquezas que podem ser exploradas por um movimento insurgente nascido de uma facção criminosa, sobretudo pela ineficiência de um sistema carcerário e jurídico.

Analisaremos, no próximo tópico, como as condicionantes geográficas contribuem na dinâmica do surgimento do PCC.

### **4.3 Condicionantes geográficas**

Galula (1966) enumerou algumas condicionantes geográficas que contribuem para que um movimento insurgente obtenha êxito. Vamos analisar cada uma delas.

A primeira é a localização do Estado no tocante ao isolacionismo causado por

---

11 Empoderamento (tradução nossa).

barreira naturais ou situado em meio a outros países simpatizantes à causa insurgente. Em nossa análise, não consideramos o Brasil como um Estado isolado, dadas as facilidades de acesso ao nosso território seja por via marítima, aérea ou terrestre. Porém, ele está situado em meio a outros países com fragilidades institucionais como o Paraguai, Bolívia, Venezuela e Colômbia. Alguns deles com movimentos insurgentes em operação há décadas, é o caso das Forças Revolucionárias da Colômbia (CUÉLLAR, 2008) e do *Sendero Luminoso*, no Peru (EUA, 2019). Para esta análise subjetiva não entendemos que há um fator determinante, pois, se por um lado o Estado brasileiro não está isolado do resto do mundo, ele está situado em meio a países com fragilidades institucionais.

A segunda condicionante geográfica seria o tamanho do país. De acordo com o modelo teórico, quanto maior, mais difícil seria o controle para o contrainsurgente. Como esta condicionante é meramente quantitativa, fica fácil a análise pois o Brasil ocupa a 5ª posição mundial (EUA, 2019) em extensão territorial, com 8.515.767 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019). Porém, o continentalismo do território nacional aliado ao isolamento histórico e a formação etnológica diversa de cada região, causaram muitas diferenças culturais de uma unidade da federação para outra, sobretudo entre as principais divisões regionais. Os índices de desenvolvimento humano (IDH)<sup>12</sup> são mais altos no Sul e Sudeste enquanto o Norte e Nordeste possuem os piores índices (BECKER, 2015). Tais fatos fizeram com que o PCC não conseguisse uma hegemonia tão forte na região norte do país onde a facção disputa poder com outros grupos criminais locais como a Família do Norte. O tamanho do território, que seria uma vantagem para os insurgentes de acordo com o modelo teórico, também se mostra um grande obstáculo para o PCC, devido as peculiaridades no caso brasileiro (MANSO; DIAS, 2018).

Galula (1966) também aborda o fator população de forma análoga ao tamanho do Estado. As projeções calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

---

<sup>12</sup>Índice que mede o grau de desenvolvimento social de um país. Seu cálculo emprega indicadores de renda, saúde e educação (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2013, p.66 e 67).

tomando por base o último censo demográfico realizado em 2010 estimam uma população de 210 milhões de habitantes, colocando o país em quinto lugar mundial atrás apenas da China, Índia, Estados Unidos e Indonésia (ONU, 2019). Nesse aspecto, o PCC apresenta vantagem, de acordo com o modelo teórico.

Outros dois fatores condicionantes que podemos analisar em conjunto são a configuração compartimentada do relevo e as características do terreno do Estado considerado. Nesse ponto, o Brasil, por possuir dimensões continentais, fornece inúmeras possibilidades de esconderijo para um movimento insurgente como grandes extensões de florestas tropicais (o bioma Amazônia corresponde a 49% do território nacional) (FIGUEIREDO, 2016), de difícil acesso, imensas regiões de caatinga e cerrado (correspondendo a 33,8% do território nacional) (FIGUEIREDO, 2016) além de grandes extensões de áreas rurais pouco habitadas. As próprias metrópoles brasileiras, urbanizadas sem planejamento, apresentam imensos adensamentos populacionais extremamente complexos para as ações militares em área urbana. Ainda vale relembrar que no caso em questão, os criminosos estão vivendo em meio a sociedade e não cessam suas atividades até mesmo quando estão condenados. Na análise do relevo e terreno brasileiros, consideramos que o PCC possui os requisitos necessários relacionados por Galula.

As fronteiras internacionais são outro fator a ser analisado. As fronteiras externas do Brasil totalizam 16.885 quilômetros com dez Estados envolvendo 11 unidades da federação e 588 municípios (PÊGO, 2017). As fronteiras terrestres brasileiras são um grande obstáculo para o contrainsurgente. Como mencionamos, o Brasil possui fronteiras com países produtores de drogas e com fragilidade institucional. Elas são de difícil vigilância em função da extensão, acesso, clima e cobertura vegetal. A situação é tão crítica que em 2011 foi criado o Plano Estratégico de Fronteira, mais tarde, em 2016, denominado Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (BRASIL, 2016) para, dentre outras medidas, reprimir os crimes



transfronteiriços. Ao que parece, há uma mentalidade geral de que tais cidades nas fronteiras, principalmente do Paraguai e Bolívia, e suas atividades relacionadas ao contrabando de mercadorias sem a devida taxaço abastecem um mercado negro lucrativo e conveniente para a sociedade. Tal fato pode ser constatado pelas diversas concentrações de lojas de produtos de origem suspeitas existentes nas grandes metrópoles brasileiras tais como a Rua Uruguaina no Rio de Janeiro, a Rua 25 de março em São Paulo e a feira do importados no Distrito Federal. Nesse aspecto, consideramos que o PCC possui aderência ao modelo teórico.

De acordo com Galula (1966), os climas mais severos são favoráveis aos contrainsurgentes pois estes possuem melhores condições operacionais e de logísticas. Não é o caso do Brasil que possui maior parte do território localizada entre o equador e o trópico de capricórnio, o que, aliado a um relevo de altitudes médias e a uma distribuição equilibrada de terras e águas, favorece a existência de um clima equatorial e tropical, a exceção da região sul caracterizada pelo clima subtropical onde a temperatura cai bastante no inverno (CAVALCANTI et al, 2009). Esse aspecto, de uma forma ampla, também é favorável a um movimento insurgente.

O último fator geográfico condicionante citado por Galula é econômico. Economias menos desenvolvidas tendem a favorecer os movimentos insurgentes. Segundo dados de abril de 2019 do Fundo Monetário Internacional, o Brasil ocupa a 9ª posição mundial em relação ao Produto Interno Bruto, porém de acordo os últimos dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) de 2017, o IDH do Brasil ocupa a 79ª posição mostrando que riqueza não é sinonimo de desenvolvimento. Os problemas sociais oriundos de problemas econômicos colocam o Brasil como possível alvo de movimentos insurgentes. Por isso, em nossa análise, consideramos que o PCC possui aderência ao modelo teórico neste aspecto.

#### **4.4 Apoio externo**

Quanto ao apoio externo como condicionante ao sucesso insurgente estudada por Galula (1966), podemos concluir que não ocorre de forma institucional. Apesar das drogas usadas nas transações do PCC serem produzidas fora do Brasil e o armamento da facção também ter origem externa (CHRISTINO; TOGNOLLI, 2017). Esse abastecimento não ocorre de forma institucional. Ele é provido por grupos que agem às margem das leis, embora possamos fazer uma pequena reflexão no caso boliviano em que a produção da coca é legalizada.

#### **4.5 Padrão estratégico adotado pelo PCC**

Podemos identificar o padrão nacional burguês adotado pelo PCC se partirmos do pressuposto que ele é um movimento insurgente. Como vimos no capítulo anterior, a facção adotou o terrorismo indiscriminado sob a liderança de Geleirão com atentados a fóruns, estabelecimentos policiais e a tentativa de atentado a sede da Bolsa de Valores e o terrorismo seletivo com assassinato de membros do governo que atuam junto a população como policiais, agente penitenciários e seu familiares além de juízes, sob a liderança de Marcola. Nesse padrão, as ações de PCC se enquadram perfeitamente com o modelo teórico de Galula (1966).

Outro fato observado durante nosso estudo é que apesar de termos identificado o padrão nacional burguês, identificamos a segunda fase do padrão ortodoxo no histórico do PCC. A fase identificada é a formação da frente única com a eliminação de dissidentes. Durante sua expansão, o PCC foi fazendo alianças para angariar adeptos e foi eliminando lideranças dissidentes a fim de obter um pensamento único sobre seu ideal. Desde 2002, a facção encontra-se sob a liderança de Marcola que mandou assassinar a maioria dos fundadores do PCC.

#### **4.6 O propósito do PCC**

Ao analisarmos o propósito do PCC não observamos os conceitos de revolução, conspiração ou insurgência em uma primeira análise, pois a facção possui como ideal o fortalecimento do crime. O crime só existe se houver um ordenamento jurídico elaborado por um governo para o criminoso se opor. Não faria sentido imaginar o PCC assumindo o controle do Estado brasileiro, pois o crime será sempre a oposição às leis do governo vigente.

Porém cabe lembrar que Galula previu, em seu modelo teórico, uma possível alteração da causa do insurgente. Propôs, também, que seu modelo teórico não foi concebido para todas as guerras contrarrevolucionárias, e portanto, alguns fatores particulares podem não ser aplicados em uma determinada situação.

Para sintetizar nossa análise, vamos apresentar no próximo tópico, um quadro com os principais aspectos da teoria em comparação com a realidade.

#### **4.7 Quadro resumo de aspectos do PCC que aderem ao modelo teórico de insurgência**

Apresentaremos um quadro relacionando aspectos do PCC que aderem ao modelo teórico de insurgência elaborado por David Galula. Cada item marcado como positivo significa que, na análise deste autor, o PCC possui aderência ao modelo teórico ou possui alguma vantagem em relação ao Estado brasileiro.

**QUADRO 1**  
Lista de aspectos do PCC que aderem ao modelo teórico de insurgência

<b>Aspecto</b>	<b>PCC adere ou possui vantagem</b>	
Propósito de assumir o poder governamental	Não	
Existência de uma Causa (ideologia)	Sim	
Fraqueza do contrainsurgente	Existência de problemas	Sim
	Consenso nacional	Não
	Liderança contrainsurgente resoluto	Sim
	Conhecimento dos líderes do governo vigente de guerra contrainsurgente	Sim
	Mecanismos de controle da população do contrainsurgente	Sim
Condições geográficas	Isolacionismo	Nem vantagem ou desvantagem
	Tamanho	Nem vantagem ou desvantagem
	População	Sim
	Configuração e terreno	Sim
	Fronteiras internacionais	Sim
	Clima	Sim
	Econômico	Sim
Apoio externo	Não	
Padrão estratégico identificado	Sim (nacional burguês)	
Fases de evolução identificadas	Sim (eliminação de dissidentes)	

Como podemos observar, dadas as condições do Estado brasileiro e do PCC, concluímos que a facção criminosa analisada possui a maioria dos aspectos relacionados por David Galula.

Dada por encerrada nossa análise sobre a comparação do modelo teórico aplicada à realidade da facção criminosa PCC em atuação no Estado brasileiro, apresentaremos no próximo capítulo nossas principais conclusões sobre o estudo realizado.

## 5 CONCLUSÃO

Apesar dos esforços do Estado brasileiro, os dados da segurança pública atingiram níveis alarmantes. Por isso, o crescimento do Primeiro Comando da Capital em todo o território nacional, alcançando outros Estados soberanos necessita ser estudado com profundidade. A prisão de membros e líderes desta facção, aliados a investimentos em construção de novas unidades prisionais parece não impedir o crescimento dessa ameaça. O terreno fértil que esta organização criminosa encontra nos bairros pobres das cidades brasileiras e a sua forma de atuação tem conseguido atrair cada vez mais membros. A ideologia de estabelecer regras para o crime, apesar de parecer contraditória, tem conseguido se legitimar perante uma grande parcela da população que tem escolhido seguir o caminho da criminalidade. Essa ideologia conseguiu se estabelecer a serviço do crime, atuando como uma potente ferramenta no recrutamento e na união da massa que vive à margem da lei.

O aumento do número de operações das forças armadas em apoio aos órgãos de segurança das unidades da federação e a crise fiscal que o governo brasileiro enfrenta nos motivou a verificar se o Primeiro Comando da Capital pode ser considerado um movimento insurgente, de acordo com modelo teórico criado por David Galula.

Para tal, nossa pesquisa foi descrita em três capítulos de desenvolvimento. Um capítulo foi destinado a descrever os principais conceitos elaborados por Galula para atingir o propósito do nosso estudo. Em seguida, fizemos um estudo do Primeiro Comando da Capital desde seu nascimento até os dias atuais. Por último, comparamos o modelo teórico de Galula com a realidade.

Na conceituação teórica, apresentamos sucintamente quem foi David Galula, sua importância na teoria da guerra irregular e os principais conceitos elaborados por ele. Damos ênfase aos requisitos listados por Galula para que uma insurgência possa ser bem sucedida e

os padrões estratégicos das insurgências.

No capítulo três, fizemos uma pesquisa do nosso objeto de estudo, que foi a facção criminosa que se autodenomina Primeiro Comando da Capital. Abordamos as condições de seu surgimento, sua história, seus líderes, sua filosofia, modo de recrutamento, modo de financiamento, área de atuação e principais ações.

Por fim, comparamos os dados do modelo teórico com a realidade e tiramos conclusões sobre cada aspecto relacionado por David Galula. Como alguns aspectos são objetivos e outros são subjetivos, tentamos embasar nossos julgamentos de acordo com fatos relatados em referências bibliográficas.

Face ao exposto, as análises realizadas tiveram o propósito de responder a questão proposta inicialmente: o Primeiro Comando da Capital pode ser considerado um movimento insurgente atuando no Brasil de acordo com modelo de insurgência elaborado por David Galula? Apesar de possuir a maioria dos requisitos que Galula relacionou como necessários para uma insurgência bem sucedida e identificarmos fases de um movimento insurgente na história e forma de operação do PCC, concluímos que não podemos considerá-lo um movimento insurgente de acordo com o modelo teórico. Isso ocorreu porque a ideologia da facção não demonstra intenção de assumir o poder governamental do Estado brasileiro. A ausência desse elemento descaracteriza a facção como movimento insurgente de acordo com o modelo teórico, apesar de outros elementos que a qualifiquem se encontrarem presentes na sua evolução.

Apesar da sociedade brasileira não perceber a ameaça das facções criminosas além dos ilícitos cometidos por elas, alguns países indicam haver uma dinâmica diferente. Certos ativistas políticos acreditam que uma organização que atua no plantio e produção de substâncias usadas na fabricação de drogas entorpecentes ilícitas obtiveram força política e assumiram a liderança da Bolívia. Seria o caso da *Confederacion de Cocaleros del Trópico de*

*Cachabamba*<sup>13</sup>, que elegeu um presidente. Apesar da produção da folha de coca para uso medicinal, há indícios do envolvimento desses produtores no lucrativo tráfico internacional de drogas. Esse é um dos assuntos que propomos para estudos posteriores, respondendo a questão se existe algum Estado onde uma organização criminosa conseguiu força política para assumir o governo.

Então, vimos que, mesmo não satisfazendo o propósito da guerra irregular, o PCC é uma grande ameaça ao Estado brasileiro por duas razões. Primeiro pela possibilidade de se expandir a tal ponto que consiga influenciar o meio político no sentido de deteriorar as instituições e enfraquecer a capacidade do Estado. Segundo pela possibilidade de o PCC alterar sua ideologia quando tiver mais fortalecido e decidir assumir o poder governamental. Tal possibilidade de alteração na causa também foi prevista no modelo teórico estudado.

Mesmo tendo divergido do modelo teórico no quesito propósito de assumir o poder governamental, observamos no PCC a maioria dos demais pontos da teoria. Isso nos leva a propor que futuros trabalhos estudem se os métodos de contrainsurgência propostos por Galula seriam eficazes no combate a essa organização.

Dados os recentes empregos das forças armadas brasileiras em ações de apoio aos órgãos de segurança pública, ressaltamos a importância de inserir alguns conceitos aqui abordados nas instruções e adestramentos de emprego da Marinha do Brasil em operações de garantia da lei e da ordem em especial no tocante ao risco associado aos elementos e seus familiares em contato direto com a opressão da facção. Ressaltamos também a importância de divulgar conhecimentos sobre as rotas do narcotráfico que abordam áreas nas quais a Marinha exerce algum grau de jurisdição, tais como rios e portos. Por último, considerando que a ameaça é de nível nacional e age de diversas formas, inclusive aliciando elementos representantes do Estado, ressaltamos a importância da liderança nos diversos escalões da

---

13 Confederação dos produtores de coca do trópico de Cochabamba (tradução nossa).

Marinha do Brasil para estarem atentas às forças e às formas de recrutamento aqui apresentadas a fim de evitar que seu pessoal seja recrutado pela facção.



## REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha. *Manual do candidato: geografia*, Brasília: FUNAG, 2012. 196 p.
- BORGES, Rodolfo. *Por relação com Odebrecht, Lula vira réu pela décima vez na Justiça federal*. El País. São Paulo, 06 de jun. de 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/07/politica/1559860889\\_027534.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/07/politica/1559860889_027534.html)> Acesso em: 05 de jul. de 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 8.903, de 16 de novembro de 2016. Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 de nov. de 2016. Seção I. p. 1. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>> Acesso em: 06 de jul. de 2019.
- CAVALCANTI, Iracema F. De A. et al. *Tempo e Clima no Brasil*. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.
- CHRISTINO, Marcio S.; TOGNOLLI, Claudio. *Laços de Sangue: a história secreta do PCC*. 3. ed. São Paulo: Matrix, 2017. 247 p.
- CUÉLLAR, Juan Carlos T. *Operação xeque: a verdadeira história do resgate de Ingrid Betancourt*. São Paulo: Planeta, 2009. 302 p.
- EUA. Central Intelligence Agency. *The World Fact book*. Disponível em: < <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2147rank.html>> Acesso em: 04 de jul. de 2019.
- EUA. Department of the Army. *Field Manual 3-24 / Marine Corps Warfighting Publication 3-33.5: Counteringinsurgency* Washington, D.C, 2006. 282 p.
- FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das letras, 2018. 318.
- FIGUEIREDO, Adma H. de. *Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 433 p.
- FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: editora UFMG, 2007. 255 p.
- GALULA, David. *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*. 3. ed. New York and London: Frederick A. Praeger, 1966. 143 p.
- GLOBONEWS. *Entrevista com General Heleno*. 20 de mai. de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ykt6kvcbeH4>> Acesso em: 03 de jun.

GREMAUD, Amaury P; VASCONCELLOS, Marco A. S. de; TONETO JÚNIOR, Rudiney. *Economia Brasileira Contemporânea*. 7. ed. São Paulo: editora Atlas, 2013. 659 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Dados geográficos*. IBGE. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio/dados-geograficos.html>> Acesso em: 05 de jul. de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da Violência: Brasil registra mais de 65 mil homicídios em 2017*. IPEA, 5 de jun. 2019. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34786&catid=9&Itemid=8](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34786&catid=9&Itemid=8)> Acesso em: 05 de jul. de 2019.

LIMA, Paulo. *Condenação de Lula em 2ª instância completa um ano nesta quinta-feira*. R7 Planalto. 24 de jan. de 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/condenacao-de-lula-em-2-instancia-completa-um-ano-nesta-quinta-feira-26042019>> Acesso em: 05 de jul. de 2019.

LIMA, William da S. *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*. São Paulo: Labortexto, 2001.

MANETTO, Francesco. *Segunda posse de Nicolás Maduro marca falência institucional da Venezuela*. El País. Caracas, 10 de jan. de 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/09/internacional/1546992678\\_042196.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/09/internacional/1546992678_042196.html)> Acesso em: 03 de jun. de 2019.

MANSO, Bruno P.; Dias, Camila N. *A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2018. 342 p.

ONU. Population Division. Disponível em: < <https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Population/>> Acesso em: 04 de jul. de 2019.

PÊGO, Bolívar et al. *Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública*. Brasília: IPEA, 2017. 2 v.

QUINALHA, Renan. *O difícil processo de paz na Colômbia*. Revista Cult. 16 de set. de 2015. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-dificil-processo-de-paz-na-colombia/>> Acesso em: 10 de jun. de 2019.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995. 477p.

ROUVENAT, Fernanda; FIGUEIREDO, Pedro. *Com Moreira Franco, RJ tem seu 5º ex-governador preso em 3 anos*. G1 Globo, 21 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/21/com-prisao-de-moreira-franco-rj-tem-seu-5o-ex-governador-presos.html>> Acesso em: 04 de jul. de 2019.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Requerimento de informações n. 1.875 de 1997. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 20 de mai. de 1997. p 5 e 6. Disponível em: < [https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento\\_11\\_4.aspx?link=%2f1997%2flegislativo%2fmaio%2f20%2fpag\\_0005\\_9C6DMSGM1SAKCe66LSJGHRCHSHF.pdf&pag](https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1997%2flegislativo%2fmaio%2f20%2fpag_0005_9C6DMSGM1SAKCe66LSJGHRCHSHF.pdf&pag)>

ina= 5&data=20/05/1997 &caderno=Legislativo&paginaordenacao=10005> Acesso em: 20 de mai. de 2019.

SILVA, Rodrigo de B. da. *Sociedade e Estado: Quem Controla Quem? Diferentes abordagens do controle social e a evolução das relações Sociedade-Estado*. Brasília: CGU, 2016. Disponível em: <[https://ojs.cgu.gov.br/index.php/Revista\\_da\\_CGU/article/view/17/pdf\\_22](https://ojs.cgu.gov.br/index.php/Revista_da_CGU/article/view/17/pdf_22)> Acesso em: 04 de jul. de 2019.

SPENCER, David E; MELGAR, Hugo A. *Bolivia, a new model insurgency for the 21st century: from Mao back to Lenin*. Taylor and Francis online, 2 de jun. de 2017. Disponível em < <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09592318.2017.1307617?scroll=top&needAccess=true>> Acesso em: 07 de jul. de 2019.

ULTIMO SEGUNDO. “A grande questão é a reforma da legislação”, diz comandante-geral da PM. Último Segundo - IG, 13 de abr. de 2018 Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/policia/2018-04-13/comandante-geral-policia-militar.html>> Acesso em: 16 de jul. de 2019.

## ANEXO A – ESTATUTO DO PCC

Estatuto do PCC (terceira geração) – grafia original

1. Todos os integrantes devem lealdade e respeito ao Primeiro Comando da Capital, devem tratar todos com respeito, dando bons exemplos a ser seguidos pela massa, acima de tudo ser justo e imparcial.

2. Lutar sempre pela paz, justiça, liberdade, igualdade, e união, visando sempre o crescimento da organização, respeitando sempre a ética do crime.

3. Todos os integrantes do Comando tem por direito expressar sua opinião e tem o dever de respeitar a opinião de todos. Sabendo que dentro da organização existe uma hierarquia e uma disciplina a ser seguida e respeitada. Aquele integrantes que vier a causar divisão dentro do Comando, desrespeitando esses critérios, será excluído e decretado.

4. Aquele integrante que for para rua tem a obrigação de manter o contato com a Sintonia da sua quebrada ou da quebrada que o mesmo estiver. Estar sempre a disposição do Comando, a Organização necessita do empenho e união de todos os integrantes. Deixamos claro que não somos sócios de um clube e sim integrante de uma Organização Criminosa, que luta contra as opressões e injustiças que surgem no dia a dia e tenta nos afetar. Sendo assim, o Comando não admite acomodações e fraquezas.

5. Todos os integrantes quem estiver na rua, tem a mesma obrigação, sendo ele estruturado ou não, porém os estruturados tem condição de se dedicar ao Comando e quando possível participar de projetos que venham a criar soluções desamparo social e financeiro para apoiar os integrantes desamparados.

6. O comando não admite entre seus integrantes, estupradores, pedófilos, caguetas, aqueles que extorquem, invejam, e caluniam, e os que não respeitam a ética do

crime.

7. É dever de todos os integrantes da facção colaborar e participar dos “progressos” do comando, seja ela qual for, pois os resultados desse trabalhos são integrados em pagamentos de despesas com defensores, advogados, ajuda para trancas, cesta básica, ajuda financeira para os familiares que perderam a vida em prol da nossa causa, transporte para cadeirantes, ou auxílio para doentes com custo de remédio, cirurgia e atendimentos médicos particulares, principalmente na estruturas da luta contra os nossos inimigos, entre várias situações que fortalecem a nossa causa ou seja o crime fortalece o crime, essa é a nossa ideologia.

8. Os integrantes que estiverem na rua e passando por algum tipo de dificuldade, poderão procurar a Sintonia para que o Comando possa ajuda-lo ir para o corre, deixando claro que o intuito da organização e fortalecer todos os seus integrantes, para que cada um tenha Condições de se empenhar também no progresso do Comando e assim nossos objetivos serem atingidos com total êxito.

9. Todos os integrantes devem ter certeza absoluta que querem fazer parte do Comando, pois aquele que usufrui dos benefícios que o Comando conquistou e pedir para sair pelo fato da sua liberdade estar próxima ou até mesmo aquele que sair para a rua e demonstrar desinteresse por nossa causa, serão avaliados e se constatado que o mesmo agiu de oportunismo o mesmo poderá ser visto como traidor, tendo atitude covarde e o preço da traição é a morte.

10. Deixamos claro que a Sintonia Final é uma fase da hierarquia do Comando composta por integrantes que tenham sido indicados e aprovados pelos irmãos que fazem parte da Sintonia Final do Comando. Existem várias Sintonias, sendo a Sintonia Final a última instância. O objetivos da Sintonia Final é lutar pelos nossos ideais e pelo crescimento da nossa Organização.

11. Toda missão destinada deve ser concluída. Será feita uma avaliação da capacidade de cada integrante indicado pela Sintonia, e aquele que for selecionado e aprovado tem capacidade de cumprir uma missão, e tem o dever de arcar com as despesas financeiras, mas quando for possível todos os gastos ficarão sob a responsabilidade do Comando. Essas missões incluem principalmente ações de resgate e outras operações restritas ao Comando. Todos aqueles que vierem a ser resgatados, terão a obrigação de resgatar outro irmão, aquele irmão que falhar na missão por fraqueza, deslealdade, será excluído e o caso será avaliado pela sintonia, no caso de vazar as ideias poderá ser caracterizado como traição e a cobrança será a morte.

12. O Comando não tem limite territorial, todos os integrantes que forem batizados são componentes do Primeiro Comando da Capital, independente da cidade, estado ou país, todos devem seguir a nossa disciplina e hierarquia do nosso Estatuto.

13. O Comando não tem nenhuma coligação com nenhuma outra facção, vivemos em harmonia com facções de outros estados, quando algum integrante de outra facção chegar em alguma cadeia nossa o mesmo será tratado com respeito e terá o apoio necessário, porém queremos o mesmo tratamento quando o integrante do Comando chegar preso em outro estado em cadeias de outras facções e se algum integrante de outra facção de outro estado desrespeitar a nossa disciplina em nossa cadeia vamos procurar a Sintonia responsável pelo mesmo e juntos procurarmos a solução e se ocorrer de um irmão nosso estar desrespeitando, a busca da solução será feita da mesma forma. Deixamos bem claro que isso se trata de facções de outro estado que seja amiga do Comando.

14. Todos os integrantes serão tratados com igualdade, sendo que a nossa luta é constante e permanente, seus méritos e atitudes serão avaliadas dando prioridade para aquele que merece, esclarecendo que méritos não é sinônimo de acomodações e impunidade diante da nossa luta, tratando com igualdade para os iguais e desigualdade para os desiguais.

15. Os ideais do Comando estão acima dos conflitos pessoais, no entanto o Comando será solidário com aquele integrante que esteja certo e em desvantagem para resolver os seus problemas pessoais, o apoio será prestado, a causa será prestado, a causa será aprovada, após a avaliação direta da Sintonia.

16. É inadmissível usar o Comando para ter benefício próprio. Se algum integrante vier a subfaturar algo para ganhar dinheiro em cima do Comando, agindo com esperteza em benefício próprio, será analisado pela Sintonia e após ser comprovado os superfaturamento o mesmo será excluído e decretado. Nenhum integrante poderá usufruir do contado do Comando para transações comerciais ou particulares sem o consentimento da Sintonia, os irmão que investir o capital em mercadoria ou ferramentas para negociar, podem fazer negócio com a Família e obterem seu lucro desde que não seja abusivos, pois todo o fruto desse trabalho é destinado aos necessitados em prol da nossa ideologia.

17. O integrante que vier a sair da Organização e fazer parte de outra facção caguetando algo relacionado ao Comando será decretado e aquele que vier a mexer com nossa família terá a sua família exterminada. O Comando nunca mexeu com a família de ninguém e tais não terão paz. Ninguém é obrigado a permanecer no Comando, mas o Comando não vai se tirado por ninguém.

18. Todos os integrantes tem o dever de agir com severidade em cima de opressões, assassinatos e covardias realizados por Policiais Militares e contra a máquina opressora, extermínios de vidas, extorsões que forem comprovadas, se estiver ocorrendo na rua ou nas cadeias por parte dos nossos inimigos, daremos uma resposta a altura do crime. Se alguma vida for tirada com esses mecanismos pelos nossos inimigos, os integrantes do Comando que estiverem cadastrados na quebrada do ocorrido deverão se unir e dar o mesmo tratamento que eles merecem, vida se paga com vida e sangue se paga com sangue.

Fonte: FELTRAN, 2018, p. 305 a 309.

## ANEXO B – SUPOSTO ORGANOGrama DO PCC

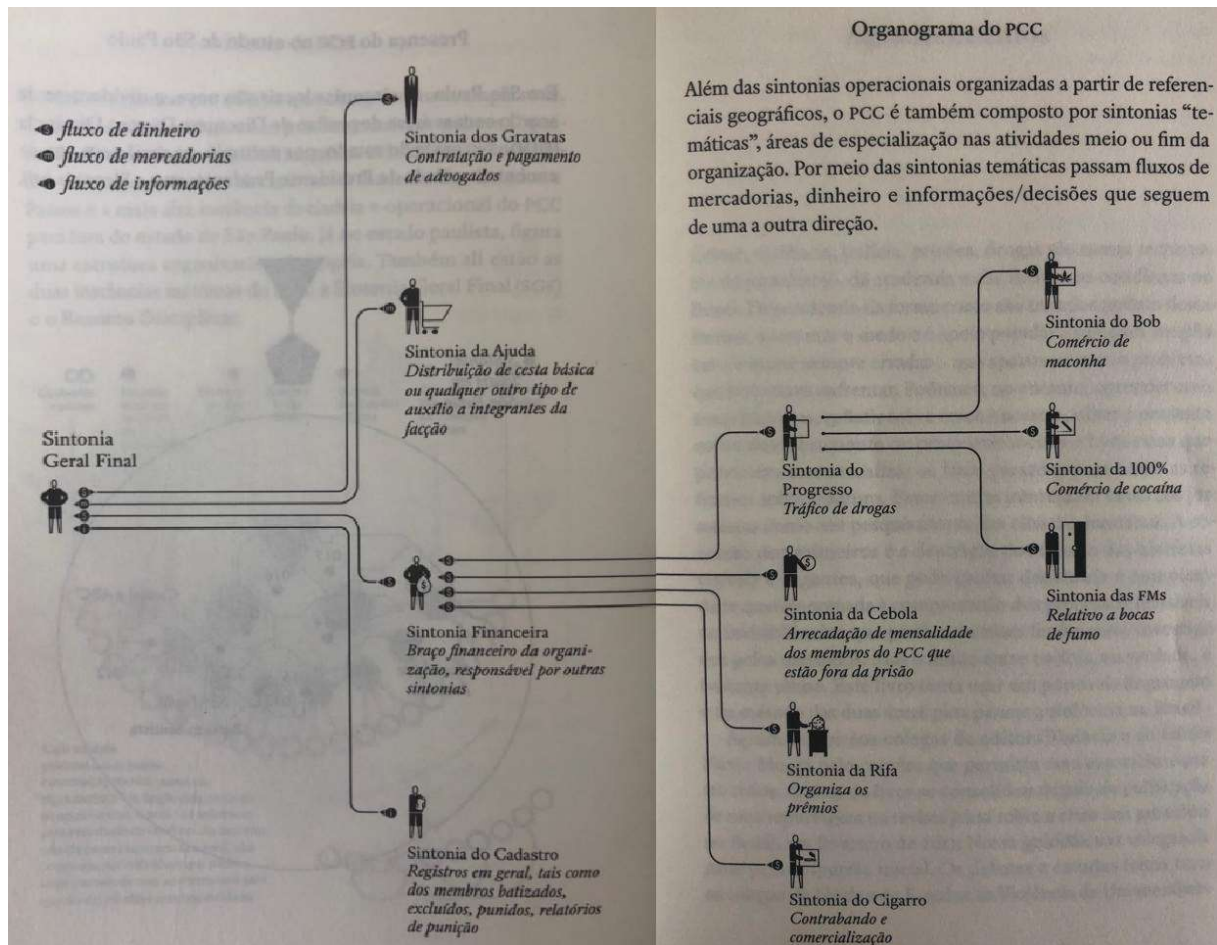


FIGURA 1 – Suposto organograma do PCC  
Fonte: MANSO; DIAS, 2018, p. 336 e 337.



## ANEXO C - PRESENÇA DO PCC NOS ESTADOS

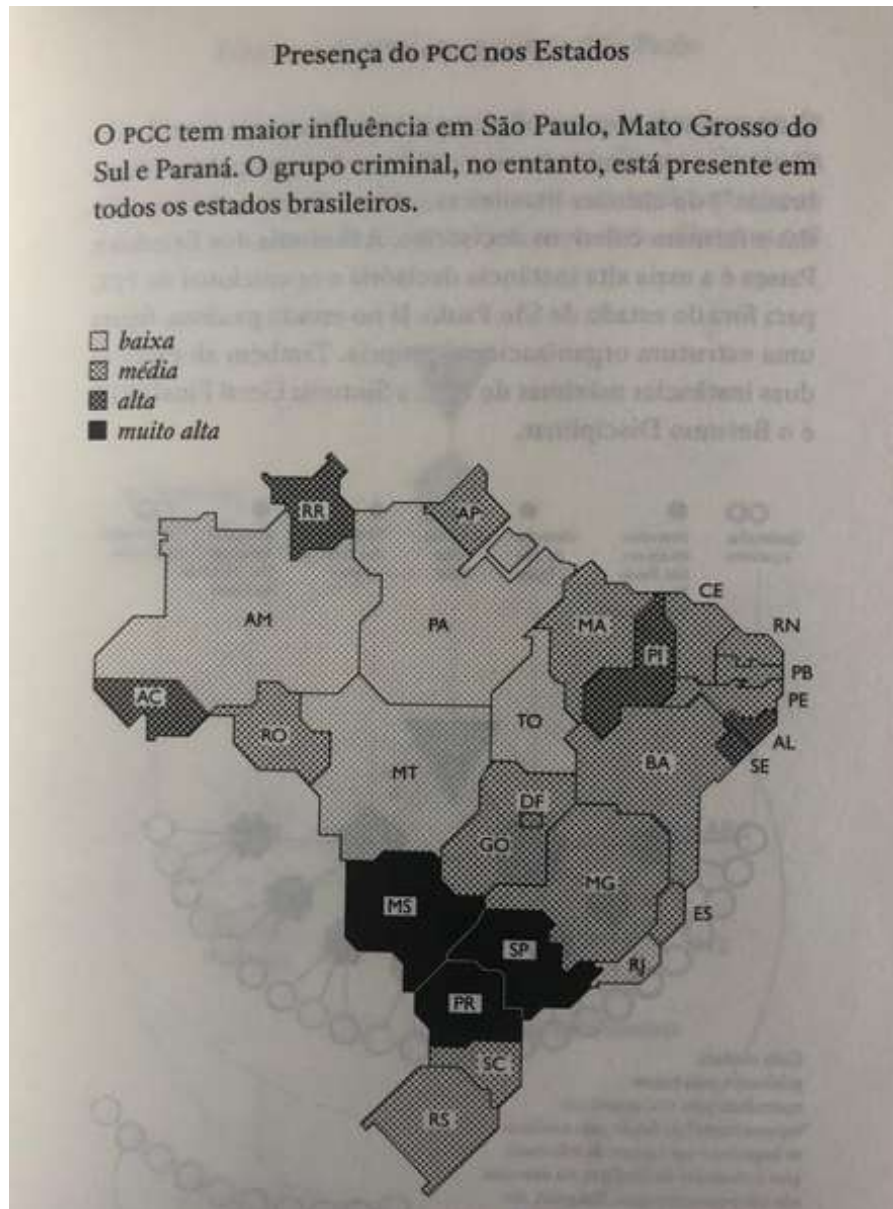


FIGURA 2 – Presença do PCC nos estados  
 Fonte: MANSO; DIAS, 2018, p. 333.